XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XIII ENANCIB 2012

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

O USO SOCIAL DA INFORMAÇÃO COMO VETOR DE FORTALECIMENTO DO
MUNDO SOCIAL DA VIDA

Comunicação Oral

Lourival Pereira Pinto - Universidade Federal de Pernambuco
Marli Batista Fidelis - Universidade Federal de Pernambuco

marli.uepb@gmail.com

O USO SOCIAL DA INFORMAÇÃO COMO VETOR DE FORTALECIMENTO DO MUNDO SOCIAL DA VIDA

Resumo

Discute o uso social da informação enquanto fundamento para a construção simbólica de verdades, saberes e fazeres entre os sujeitos e com o mundo. Aborda a teoria dual da sociedade de Jürgen Habermas para compreender o papel da informação como fortalecedora do mundo da vida. Trata-se de uma pesquisa teórica, subsidiada pelo método hermenêutico e pela abordagem qualitativa. Considera que apesar da informação transitar entre as duas esferas da sociedade, seu aspecto, caráter e viés social se constituem como vetor para fortalecimento do mundo vivido.

Palavras-chave: Informação. Uso Social da Informação. Mundo vivido. Habermas.

THE SOCIAL USE OF INFORMATION AS A VECTOR OF STRENGTHENING THE SOCIAL LIFEWORLD

Abstract

Argues the social use of information as a foundation for building symbolic of truth, knowledge and practices between the subjects and the world. Discusses the dual theory of Jürgen Habermas society to understand the role of information and empowering the Lifeworld. This is a theoretical research, funded by the hermeneutic method and the qualitative approach. Considers that while the information transit between the two spheres of society, its appearance, character and social bias are constituted as a vector for the strengthening of the Lifeworld.

Keywords: Information. Social Use of Information. Lifeworld. Habermas

Introdução

O sujeito social encontra-se inserido num contexto caracterizado por mudanças rápidas, consecutivas, inesperadas e invasivas. Os eixos político, econômico, cultural e social são reordenados por novas disposições nas relações humanas, seja através da supressão de fronteiras, seja pelas disposições econômicas e tecnológicas, reestruturando as bases normativas da sociedade.

Nessa conjuntura, as inovações da ciência e da técnica apresentam-se como vetores de maior impacto nos eixos estruturais da sociedade. As tecnologias da informação e comunicação têm se destacado como instrumentos que penetram e contribuem para transformações e articulações, integrações e fragmentações nas esferas locais e regionais, nacionais e internacionais.

Nesse cenário, o fenômeno informacional tem sido elevado a um novo “status”, erguendo-se como base articuladora dessa atual conjuntura político-econômica e sociocultural, acentuando a necessidade dos sujeitos munirem seus celeiros informacionais. A informação tem se tornado a “substância” determinante das ações do sujeito contemporâneo, ao mesmo tempo em que passou a demandar discussões sobre as várias dimensões de sentido atribuídas ao termo.

Diante dessa projeção e das inversões e subversões que marcam a contemporaneidade, faz-se necessário refletir sobre o uso social do fenômeno informacional e as implicações daí decorrentes. Acreditamos que essa visão precisa fazer parte das discussões alavancadas nas ciências da informação, no sentido não de atenuar a diversidade conceitual, nem as divergências teóricas que marcam a área, mas como ensaio para que a informação seja logradouro de construções simbólicas de verdades, saberes e fazeres entre os sujeitos e com o mundo.

Assim, o presente estudo pretende refletir sobre esse uso social da informação como insumo às lutas de uns e outros segmentos da sociedade. Trata-se de uma pesquisa teórica, subsidiada pelo método hermenêutico e pela abordagem qualitativa. Mesmo a informação transitando nas duas esferas da sociedade, mundo sistêmico e mundo vivido, se considerado seu aspecto, caráter e viés social, ganhará destaque a função que a mesma tem nos tecidos do mundo social da vida.

A informação e sua função social

Nas diversas disciplinas que lidam com a informação como fenômeno de estudo, seu conceito é, de modo geral, utilizado de acordo com seu contexto, articulações e aplicações. Dentre os vários campos do saber, a Ciência da Informação apresenta singularidade, também entendendo o termo com diferentes significados, mas nutrindo contínua tentativa de contemplar suas várias nuances e facetas e/ou atenuar sua ambiguidade terminológica.

As discussões e debates que permeiam o conceito de informação entre os principais autores da Ciência da Informação e áreas afins demonstram que sua representação distancia-se de um modelo único para defini-la. Cada área procura contextualizar o conceito de informação em conformidade com as tensões e exigências de seus construtos teóricos, voltados às suas articulações e aplicações empíricas.

Capurro; Hjørland (2007, p.149) buscando entender o conceito de informação, tecem algumas considerações sobre o tema em questão, considerando-a “no sentido de

conhecimento comunicado, [que] desempenha um papel central na sociedade contemporânea”. Em suas ponderações, afirmam:

Com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como informação – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto [...] contém diferentes informações [...] Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta de uma questão. (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 187).

Na visão de Capurro; Hjørland (2007), a informação precisa atender às necessidades de um grupo-alvo, respondendo a questões específicas desse grupo. Esse ponto de vista mostra-se pertinente às atuais demandas informacionais, tendo em vista que concebe a informação não como um produto estático, mas como um conceito intersubjetivo “voltado para os fenômenos de relevância e interpretações como aspectos básicos” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.150).

Tais demandas serão distinguidas e apreendidas se houver uma relação dialógica entre o profissional da informação e o usuário, ou público-alvo. Nesse processo dialógico é essencial a ação e interação orientada à livre comunicação e ao entendimento recíproco entre os sujeitos envolvidos. Não basta observar determinados grupos de usuários e as teorias que lhes respaldam para determinar suas necessidades informacionais mediante dados estatísticos e ações matematizantes.

Em outras palavras, é preciso à atuação intersubjetiva dos envolvidos e interessados mediante ações discursivas para redefinir o conceito de informação e atingir acordos relativamente compartilhados que possam “considerar a informação como uma força construtiva na sociedade” (BRAMAM apud CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.151), evidenciado a importância do uso social do fenômeno informacional. Sobre esse caráter social da informação Cardoso (1994, p. 107) considera:

Com efeito, a qualificação “social” longe de delimitar um campo de estudo, acaba por ampliá-lo, na medida em que podemos considerar como “social” qualquer processo de produção/organização/consumo de informação, uma vez que ele acontece entre grupos, segmentos, classes – ou seja, a geração e apropriação de informações só ocorrem no âmbito da sociedade, das relações sociais.

Para Malheiro da Silva, a informação possui uma dupla funcionalidade semântica. Uma referente a “um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)” (SILVA, 2006, p. 150); a outra funcionalidade:

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada.

O autor considera a informação como fenômeno humano e social, inerente à vida em sociedade. As ideias e emoções humanas e individuais tomam forma e são trocadas numa efetiva interação entre os sujeitos sociais. Desse modo, para o autor, a informação tanto é fenômeno de matriz individual, que surge na mente humana, que “conhece, pensa, se emociona”, como também é coletiva, pois o sujeito “interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si” (SILVA, 2006, p. 24).

Essa acepção de Malheiro da Silva pode ser redimensionada para uma ação intersubjetiva voltada ao uso social da informação, motivando processos de entendimento e proporcionando a emancipação social que, para Habermas (1989, p. 169) é “um processo de racionalização [...] O que significa resolução dos conflitos humanos com base em discussões racionais, e evolução material equilibrada com as exigências do meio ambiente”.

A informação é a consolidação das ideias e emoções através de uma codificação de signos e símbolos significantes de acordo com as visões de mundo, normas e regras que orientam determinado(s) grupo(s) social(is) – a língua, como um sistema de símbolos, é exemplo disso. Nessa perspectiva, o conceito de informação corresponde “à capacidade humana e social de representar e conhecer (-se a si mesmo e a) o Mundo, o que implica a interação contínua (troca e transformação das representações)” (MALHEIRO, 2006).

As várias abordagens multifacetadas de pesquisas que discutem cientificamente o conceito de informação mostram que o contexto e uso são fatores determinantes para defini-la. O redimensionamento desses modelos ao contexto atual sugere o entendimento da informação como um fenômeno humano e social.

Nesse sentido, Araújo (1998, p. 33) tem o seguinte entendimento de informação:

Um elemento de fundamental importância, pois através de intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí decidem sobre suas vidas, seja a nível individual ou coletivo.

A informação não se constitui como tal se apenas associada a algum tipo de sistema, submetida a processos técnicos ou como resposta a questões de produção do conhecimento para tomada de decisões, mas principalmente, se associada à interação, ao desenvolvimento

local, à cidadania, à emancipação do sujeito social. Fazer uso social da informação nos diversos organismos da sociedade poderá proporcionar o fortalecimento da esfera pública, onde o sujeito entenda a si mesmo e ao outro, e torne-se autônomo mediante suas experiências interativas.

Habermas e as esferas da sociedade

Visando superar as crises da sociedade moderna, Habermas constrói uma teoria tomando por base o conceito dual de sociedade, aludindo-a como mundo dos sistemas e como mundo da vida, duas esferas coexistentes na construção social. O mundo da vida refere-se a um universo cooperativo de entendimento mútuo, em que os sujeitos, mediante relações intersubjetivas, chegam a consensos possíveis, trocam saberes, compartilham vivências, exercitam acordos e expressões significativas, mesmo sem ser necessário teorizar sobre tudo isso.

Ou seja, o mundo vivido é uma base natural que cinge a todos desde o nascimento, conforme afirma o filósofo:

O mundo da vida constitui, pois, o *contexto* da situação de ação: ao mesmo tempo, ele fornece os *recursos* para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação (HABERMAS, 1989, p. 167).

Esse contexto, onde prevalece a *práxis* comunicativa, é o “horizonte em que os agentes comunicativos se movem” (HABERMAS, 2001, p. 169), acervo de auto-evidências organizado culturalmente e representado linguisticamente. Esse horizonte constitui-se como saber pré-teórico resultado da vivência cotidiana, espaço espontâneo da linguagem orientada ao entendimento mútuo.

É no mundo vivido onde os sujeitos se movem, onde ocorre o desencadeamento dos fenômenos, a fundamentação do pensamento natural e o enraizamento das vivências e saberes. Nele, os sujeitos são capazes de construir suas próprias “verdades”, situando-se e interagindo diante de um contexto comunicativo comum e consensual, produzindo, reproduzindo e vinculando sentidos. É celeiro de convicções e evidências aonde os agentes do discurso vão ao encontro um do outro e, assim, podem intermediar argumentações em concordância com o mundo, criticar e exhibir os fundamentos dessas pretensões de validade, resolvendo seus desentendimentos e chegando a um consenso.

O mundo da vida é o lugar onde ocorre o agir comunicativo¹, as interações mediadas linguisticamente, onde todos os participantes perseguem, mediante atos de fala², acordos mútuos. (HABERMAS, 2001). Nesse sentido, as ações interativas voltadas ao entendimento são próprias a fins integrativos, ou seja, a fins que unificam e promovem a participação em igualdade, sem qualquer coerção, possibilitando que os participantes harmonizem entre si seus planos individuais de ação.

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990, p. 72).

Enquanto no agir estratégico o êxito depende da influência calculada dos participantes sobre os outros e sobre a situação de ação, no agir comunicativo, os participantes, munidos de interpretações providas de seu acervo cultural, guiam-se por convicções comuns, perseguindo acordos intersubjetivos, e, ao mesmo tempo, reproduzindo seu lugar social e suas próprias identidades. A ação comunicativa é uma interação intramundana mediada simbolicamente “segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 1987, p. 57).

Nessa perspectiva, a ação comunicativa oportuniza processos de interação em que os sujeitos se entendem entre si, possibilitando a renovação do saber cultural, a integração social e a formação de identidades pessoais, reproduzindo contínua e simultaneamente as estruturas simbólicas do mundo da vida: cultura, sociedade e personalidade.

¹ Habermas (2001) distingue manifestações distintas de ação, em função da coordenação de domínio das situações: normativa, dramatúrgica, teleológica (instrumental e estratégica) e comunicativa. A ação *normativa* é racional e regulada por normas. A ação *dramatúrgica* apóia-se na relação impressionista em que o “ator” se põe em cena para convencer determinado público. Na ação *teleológica* o ator persegue determinado fim ou estado desejado erigindo, numa dada situação, meios que ofereçam perspectivas de êxito. Esta última pode ser *instrumental* – interação não social, especializa as orientações de ação em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder e coordena as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação; ou *estratégica* – os atores, orientados ao sucesso, influem externamente sobre as decisões e motivos de outros. A ação *comunicativa* é uma “interação simbolicamente mediada”, que se orienta segundo normas definidoras das expectativas recíprocas de comportamento social, entendidas e aceitas pelos sujeitos. Trata-se de uma ação social fundamentada na mútua cooperação, mediada pela linguagem, na qual participantes compreendem-se sobre algo no mundo.

² Habermas apresenta a distinção entre o falar e o agir, ou seja, entre as “ações em sentido estrito”, como atividades desenvolvidas para atingir um propósito sem intervenção lingüística, e os “proferimentos lingüísticos como atos”, ou atos de fala, como ações lingüísticas voltadas para o entendimento com o outro.

Chamo cultura o acervo do saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entenderem-se sobre algo no mundo. Chamo sociedade as ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam suas pertencas a grupos sociais, assegurando com isso a solidariedade. E por personalidade entendo as competências que convertem a um sujeito em capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles sua própria identidade. (HABERMAS, 2001, p. 196).

Complementar ao mundo da vida, Habermas apresenta outra esfera onde o sujeito se torna peça de engrenagem para garantir a eficiência na realização das tarefas e obtenção de lucros – o fortalecimento dos imperativos sistêmicos: dinheiro e poder. A lógica instrumental (adequação de meios a fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia) regem a reprodução material.

Nesse modelo – regido pelo poder, pelo dinheiro, objetivismo, sucesso individual e independente – a manutenção do agir estratégico mostra-se conveniente, deixando de lado o saber intuitivo do mundo da vida e de seus membros.

[...] o mundo do sistema, que se caracteriza pela *organização estratégica econômica e política*, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental [...] (FIELDLER, 2006, p. 96.).

Habermas percebe que hoje os sujeitos estão subordinados a um complexo conjunto de normas e regras sociais de ordem instrumental, devidamente formalizadas e sistematizadas, que é o mundo sistêmico. Os ideais capitalistas norteadores das relações de mercado estabelecem modelos sistêmicos e estratégicos de organização, em que os imperativos sistêmicos comandam e subordinam.

Nesse mundo, os indivíduos coordenam suas ações e decisões em busca de seu próprio sucesso, com objetivos fundamentados na reprodução material do dinheiro e no fortalecimento regulador do poder, orientados pela racionalidade instrumental³, evidenciando a instrumentalização com vistas ao controle do estado de coisas (HABERMAS, 2001).

Esse tipo de racionalização reflete um processo de desenvolvimento caracterizado pelo aumento crescente das esferas sociais submetidas a critérios técnicos de decisão racional, moldada e organizada a um determinado fim. Nesse modo de disposição da sociedade, os sujeitos estão diante de uma organização estratégica, econômica e política, onde prepondera a “não linguagem”, o “não questionamento”, a “não uso social da informação”, sendo

³ “organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos” (GONÇALVES, 1999, p.127).

conduzidos por um capitalismo mecânico e instrumental com vistas à consecução de objetivos individualistas e excludentes.

A sobreposição do sistema sobre o mundo vivido faz com que as relações sociais sejam coordenadas por padrões coercivos emanados dos imperativos sistêmicos, cuja atuação anula os contextos de comunicação interativa presentes no mundo da vida. Essa forma de dominação e avanço colonizador dos sistemas não comunicativos e deslinguistizados é denominada por Habermas como colonização do mundo da vida.

A penetração da racionalidade instrumental na interação social tem gerado no sujeito contemporâneo o individualismo, os conflitos e as guerras, as desigualdades e injustiças sociais, suscitando graves patologias sociais. Assim, é fundamental que o homem retome seu papel de sujeito ativo, mediante o agir comunicativo, a solidariedade, a sociabilidade e o desenvolvimento sustentável.

Diante disso, o filósofo se posiciona contra a penetração do instrumentalismo em esferas onde deve prevalecer a ação comunicativa. É necessário que exista um equilíbrio entre o mundo sistêmico e o mundo da vida, de modo que um não se sobreponha o outro, constituindo, segundo Habermas (2001, p. 215), “[...] um sistema que tem que cumprir as condições de mantimento próprias dos mundos socioculturais da vida [mediante] relações de ações sistematicamente estabilizadas de grupos integrados socialmente”.

O esforço é pela reação do mundo da vida para que o mundo dos sistemas não venha a esmagá-lo através das invasões e colonizações a que está sujeito. Para isso, a sociedade precisa ser concebida sob a perspectiva de sujeitos sociais agentes e participantes dessa sociedade, fundamentados por processos comunicativos de (re)construção sócio-culturais das práticas sociais e vivências solidárias no mundo cotidiano. Os fenômenos sociais têm que estar disponíveis ao uso social com vistas ao atendimento dessas necessidades urgentes da sociedade.

A teoria crítica da sociedade de Habermas não assume o conteúdo daquelas soluções históricas que visam à emancipação por meio de revoluções e rupturas. A emancipação constitui-se por uma práxis comunicativa constante entre sujeitos histórica e socialmente interativos, informacionais, comunicativos, cujos resultados – falíveis e sempre modificáveis – pretendem alcançar acordos alcançados entre si por meio do livre convencimento. (SILVA, 1996, p. 12).

O uso social da informação no mundo vivido

No lócus de interação intersubjetiva linguistizada, a informação torna-se expressão e representação simbólica da linguagem, assumindo uma ancoragem sócio-cognitiva, vinculando as inter-relações entre a personalidade, a sociedade e a cultura (HABERMAS, 1989). Ou seja, assume uma configuração que permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre indivíduos e coletividades.

Capurro (2007, p. 187-188) nos diz:

Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas ao grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer.

Na visão de Capurro, a informação precisa atender as necessidades de um grupo-alvo, respondendo a questões específicas desse grupo. Esse ponto de vista mostra-se pertinente às atuais demandas informacionais, tendo em vista que concebe a informação não como um produto estático, mas como resultado de construções teóricas que, ao mesmo tempo, contribuirá para a construção de outras teorizações.

Já Silva (2006, p. 150) considera que a informação possui uma dupla funcionalidade semântica. Uma referente a “um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)”. A outra se refere ao conjunto estruturado de representações emocionais e codificadas e modeladas com/pela interação social (SILVA, 2006).

Considerando-a como fenômeno humano e social, a informação pode ter raízes já nos primórdios da humanidade e ser inerente ao vivência do homem em sociedade. As ideias e emoções humanas e individuais tomam forma e são “trocadas” numa “efetiva interação” entre os sujeitos sociais. Assim, a informação tanto é fenômeno de matriz individual, que surge na mente humana, que “conhece, pensa, se emociona”, quanto coletiva, pois o sujeito “interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si” (SILVA, 2006, p. 24).

Considerando sobre esse fenômeno, Marteleto; Valla (2003, p. 19) ponderam:

Se a informação é veículo e ferramenta para intervenção social, então ela expressa os interesses em jogo em cenário sócio-político e revela novos conhecimentos que se constroem a partir da prática, os quais nem sempre são conscientes para aqueles que desenvolvem a intervenção.

O sujeito informado poderá participar direta e ativamente nos processos de transformações sociopolíticas, abrindo espaço para a resolução descentralizada de problemas,

dilemas e conflitos na coletividade. Eis a necessidade de conceber ambientes organismos, instituições munidas de informações seguras e fidedignas. É nesse contexto, que o fenômeno da informação pode determinar novos apontamentos para a criação/inação do conhecimento e reflexões, teorias e práticas, sendo implicação e critério da comunicação humana, mas também como base (re)articuladora do mundo social da vida para as ações do sujeito social.

Assim sendo, quando associada a processos de comunicação voltada ao entendimento, a informação apresenta-se como o fundamento que propicia a reflexão sobre as expectativas prévias e a relações com o mundo, contribuindo, também, para que *ego* e *alter* estabeleçam processos de argumentação. A informação precisa ser transformada em instrumento de promoção de qualidade de vida, desenvolvimento local sustentável de modo a garantir um processo transparente e participativo, pois a informação é construto social e precisa atender as necessidades dos atores sociais.

Como o esteio para a retroalimentação do repositório de interpretações, a informação permeia as convicções e evidências que orientam as ações dos sujeitos sociais em suas relações consigo e com o mundo. Esse processo de interação é ancorado em conteúdos significativos que a linguagem, como a “grande protagonista” do agir comunicativo, instiga o entendimento mútuo, propiciando a coordenação das ações e promovendo a socialização. Portanto, o *médium* lingüístico, expresso e representado por repertórios informacionais, permite que algo seja apresentado como coisa ou expressão factual (mundo objetivo), como norma (mundo social) e como vivência (mundo subjetivo).

Já no mundo sistêmico, no entanto, os usos e acessos da informação desvirtuam seus aspectos inerentes, na medida em que se encontram norteados por modelos sistêmicos e estratégicos de organização. Os imperativos sistêmicos (dinheiro e poder) comandam e subordinam os sujeitos informacionais a um complexo conjunto de normas e regras de ordem instrumental, devidamente formalizado e sistematizado, reflexo do conhecimento guiado por interesses egocêntricos e individualistas, da ciência e técnica como ideologia, condições iminentes ao mundo sistêmico.

[o mundo sistêmico] se caracteriza pela organização estratégica econômica e política, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental (FIEDLER, 2006, p. 96).

Tais preceitos legitimam uma notável sobreposição dos sistemas sobre o mundo da vida, imperando a “não linguagem” e a “não discussão”, a “não informação”, uma supremacia técnica, moldada e organizada estrategicamente a um determinado fim. Resultantes desse

avultamento são as relações sociais comandadas por padrões coercivos, condicionando a participação do sujeito a ações instrumentais que “impõem [...] uma coordenação automática e independente de suas vontades, com crescente perda de liberdade” (OLIVEIRA, 2003, p. 73).

Assim, os sujeitos são impelidos à margem dos processos interativos, submetidos aos ditames normativos, e privados da possibilidade de questionar a equanimidade das normas que regem as relações sociais. São considerados apenas como peças de uma engrenagem mecânica, sistemática e matematizante, úteis para cumprir fins de eficiência pré-determinados. Esses fins são resultantes de interesse puramente instrumental, que “especializa as orientações de ação em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder e coordena as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação” (HABERMAS, 1982, p. 4).

Nesse plano de mundo, a informação é um produto de consumo, fundamental às ações estratégicas teleguiadas pela reprodução material do dinheiro e pelo fortalecimento regulador do capitalismo. Assim sendo, a informação assume características coercivas vinculadas a processos de institucionalização do poder que predomina sobre os valores culturais, ético e morais.

Nesse contexto, a informação torna-se sinônimo de dominação, ao mesmo tempo em que tende a anular a atuação dos contextos de comunicação interativa presentes no mundo da vida. Essa forma de avanço dos ideais sistêmicos e subjugação das esferas sociais é denominada por Habermas como colonização do mundo da vida – processo pautado em ideologias cientificistas, coordenadas pela razão instrumental que tem se arraigado nos horizontes do mundo vivido.

Tais condições tendem a reger os espaços guardadores da informação, como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, submergindo os significados informacionais, tornando-os meros instrumentos para a afirmação do poder e expansão de ações exploradoras e dominadoras. Isso implica na contínua ampliação das interações sistêmicas em detrimento dos contextos de integração social e do entendimento linguístico.

Isso incide na dimensão informacional, em que “a linguagem natural é utilizada apenas como meio para a transmissão de informações” (HABERMAS, 1990, p. 71), valendo-se de fins técnicos e unidimensionais, e desprezando a interação dos sujeitos. Estes são induzidos a aceitar convicções impostas como legítimas e válidas, dissimuladas por discursos eloquentes e promissores, mas que não passam de mecanismos submetidos aos padrões coercitivos dos sistemas unilaterais.

No mundo vivido, a informação substancia o agir comunicativo quando configurada como “lócus” motivador de convicção e gerador de consenso entre os participantes de processos interativos, visto que reflete os enredos culturais, a normatividade definidora das relações interpessoais e a formação identitária estruturante do mundo social da vida.

Então, se no solo do mundo da vida, a *práxis* comunicativa tem como apoio a estrutura proposicional do *médium* linguístico em processos argumentativos, logo, a informação, enquanto expressão e representação simbólica da linguagem, também apoia as interações voltadas ao entendimento mútuo. Desse modo, os fundamentos sustentadores da “esfera” argumentativa estariam constituídos pelos repertórios informacionais, construídos e adquiridos nos contextos da experiência e da ação cotidiana.

O importante é entender o gigantesco potencial que a informação, unidades de informação e sistemas de informação nos abrem, não apenas para melhorar a produtividade de mercado, a tomada de decisão em instituições públicas e privadas, as transações financeiras e o avanço da ciência e da técnica, mas para fortalecimento da esfera pública, das práticas solidárias, para ancorar a ação comunicativa e influir na forma como as coletividades se organizam e interagem no mundo social da vida.

Considerações finais

Os estudos desenvolvidos por Jürgen Habermas em sua teoria da sociedade vaticinam os complexos encadeamentos da contemporaneidade, permitindo pensar criticamente o modelo tradicional da sociedade e seus fenômenos sociais. Sua análise sobre as relações entre o mundo da vida e o mundo sistêmico oferece caminhos para pensar a informação enquanto fenômeno social e desafio contemporâneo.

No mundo da vida, a informação, enquanto expressão e representação simbólica da linguagem, apóia as interações voltadas ao entendimento mútuo, relacionando-se aos fundamentos sustentadores da “esfera” argumentativa, construídos e adquiridos nos contextos da experiência e da ação cotidiana. Nesse sentido, a informação, como o esteio para a retroalimentação do repositório de interpretações, permeia as convicções e evidências que orientam as ações dos sujeitos sociais em suas relações consigo e com o mundo.

No mundo sistêmico, a informação é orientada por modelos sistêmicos e estratégicos de organização. Os imperativos sistêmicos, dinheiro e poder, comandam e subordinam os repertórios informacionais a um complexo conjunto de normas e regras de ordem

instrumental, devidamente formalizado e sistematizado por ciência e técnica como ideologia, conhecimento e interesse, condições imanentes ao mundo sistêmico.

Se por um lado, a informação sustenta o domínio da administração, da economia e do mercado, em exercícios funcionais, estratégicos e instrumentais, nos usos não-comunicativos da linguagem, contribuindo ainda mais para subordinação do mundo da vida aos imperativos da coordenação funcional. Por outro lado, a informação se apresenta como a protagonista do agir comunicativo, propiciando a coordenação das ações e promovendo a socialização, designando manifestações e condições da aprendizagem, construção simbólica de verdades, saberes e fazeres revitalizando as bases do mundo da vida.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. V. 12, n. 1, p. 148 – 207, jan/abr. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47pdf>>. Acesso em: 26 de ago. 2008.

CARDOSO, Ana Maria pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, Jul.-Dez./94.

FIEDLER, R. C. P. . A Teoria da ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 93-100, 2006. Disponível em: <http://www.ung.br/revista_educacao/edicoes/01/cap_11_pg93.pdf> Acesso em: 27 de ago. 2008.

GONÇALVES, Maria A. Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XX, n. 66, p. 125-140, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf> > Acesso em: 27 de ago. 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro. Zahar Editores.1982.

_____. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Teoria de la acción comunicativa:** racionalidad de la acción y racionalización social. v. 1, Madrid: Taurus, 1999.

_____. **Teoria de la acción comunicativa:** crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus: 2001. v. 2.

MARTELETO, Regina Maria; VALLA, Victor Vicent. Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde. **Perspect. ciênci. inf.**, Belo Horizonte, numero especial, p. 8-21, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Adil Antônio Alves. **A competência comunicativa como telos para o agir pedagógico.** 2003, 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do conhecimento.** Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Junia Guimarães e MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set/dez 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/475/434>>. Acesso em: 26 de ago. 2010.